

Sumário

Prefácio – FRANCISCO REZEK	5
Apresentação	15
Abreviaturas e Siglas Utilizadas	17

PARTE A – DOUTRINA

Capítulo I – PROCESSO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E FUNDAMENTOS. TEMPO E PROCESSO

1. Introdução. O Direito e as palavras	21
1.1 A definição jurídica	22
1.2 Autoritarismo e Direito	24
2. As crises do processo administrativo	25
3. Processo administrativo e Democracia	28
4. Finalidades e relevância do processo administrativo	36
5. Base principiológica do processo administrativo: introdução	37
5.1 O enfoque constitucional	39
5.2 A Lei federal 9.784/1999 (Lei de Processo Administrativo/ LPA)	40
5.3 A Lei paulista 10.177/1998	40
5.4 A Lei baiana 12.209/2011	41
5.5 A abrangência das leis gerais de processo administrativo. Âmbito de aplicação da Lei federal 9.784/1999	42
6. Processo ou procedimento administrativos?	54
6.1 A opção terminológica	56
6.1.1 Situando o problema	57
6.1.2 O estágio atual	58
6.2 Introduzindo a justificação da opção	59
6.2.1 O critério lógico	59
6.2.2 O critério normativo	59
6.2.3 O critério ideológico e axiológico	60
6.3 Processo como relação jurídica	62
7. As modalidades de processo administrativo	66

8. A dimensão temporal do processo administrativo	69
8.1 O prazo	69
8.2 O prazo razoável	70
8.3 O prazo na lei federal	72
8.4 O prazo na lei paulista	76
8.5 A preclusão	76
8.6 A preclusão nas leis paulista e federal	76
8.7 A coisa julgada	77
8.8 Coisa julgada administrativa	77
8.9 O problema da coisa julgada administrativa em face da questão da revogação e da anulação do ato administrati- vo	78
8.10 A revisão do processo administrativo	81
8.11 A revisão do processo administrativo e as Súmulas 346 e 473 do STF	83
9. O Código de Processo Civil/2015 e o processo administrativo	86
10. Ainda o tempo: a dimensão da dúvida	88
11. Jurisprudência complementar	89
11.1 Coisa julgada administrativa	89
11.2 Inobservância dos prazos para decidir	89
11.3 Obrigatoriedade de instauração de processo administrati- vo	92
11.4 Âmbito de aplicação da Lei 9.784/1999	94

Capítulo II – PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Considerações introdutórias e metodológicas	95
1.1 Aplicabilidade e eficácia dos princípios	96
1.2 Princípios específicos do processo administrativo	98
1.3 A opção metodológica adotada. O princípio do devido pro- cesso legal	99
2. Análise dos princípios do processo administrativo	102
2.1 Igualdade e impessoalidade. Imparcialidade	103
2.2 Legalidade	109
2.3 Finalidade	112
2.4 Motivação	115
2.5 Razoabilidade	119
2.6 Proporcionalidade	122
2.7 Moralidade	127
2.8 Ampla defesa	136
2.9 Contraditório	139
2.10 Segurança jurídica	141
2.11 Interesse público	148

2.12	<i>Eficiência e duração razoável do processo</i>	151
2.13	<i>Informalidade</i>	156
2.14	<i>Boa-fé</i>	158
2.15	<i>Transparência, publicidade e sigilo. Acesso à informação.</i> <i>Direito ao esquecimento</i>	161
2.16	<i>Oficialidade</i>	169
2.17	<i>Verdade material</i>	171
2.18	<i>Duplo grau de jurisdição administrativa</i>	172
2.19	<i>Gratuidade</i>	177
2.20	<i>Juiz natural</i>	177
2.21	<i>Cooperação</i>	177
3.	<i>Jurisprudência complementar</i>	178
3.1	<i>Devido processo legal</i>	178
3.2	<i>Princípios e garantias constitucionais</i>	184

Capítulo III – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1.	<i>Fases do processo</i>	195
2.	<i>A instauração do processo administrativo</i>	197
3.	<i>Instauração de ofício. Tipicidade. A denúncia anônima</i>	197
4.	<i>Instauração mediante iniciativa do interessado</i>	201
5.	<i>O direito de petição</i>	202
6.	<i>O condicionamento do direito de requerer a instauração do processo administrativo</i>	204
6.1	<i>Elementos formais do requerimento</i>	205
6.2	<i>O pedido</i>	210
6.3	<i>A alteração do pedido</i>	210
6.4	<i>Utilização concomitante das instâncias judicial e administrativa</i>	211
6.5	<i>Conexão e continência</i>	212
6.6	<i>Efeitos da instauração do processo administrativo</i>	213
7.	<i>A sindicância</i>	214
8.	<i>Os sujeitos da relação processual administrativa. Administração, administrado, interessado</i>	217
8.1	<i>Litigantes, partes</i>	217
8.2	<i>Administração-juiz e Administração-parte</i>	219
8.3	<i>Substituição processual e seus efeitos</i>	219
8.4	<i>A pluralidade subjetiva, suas modalidades e seus efeitos</i> ..	220
8.5	<i>“Amicus curiae”</i>	221
9.	<i>Direitos e deveres das partes</i>	224
9.1	<i>Elenco dos direitos</i>	224
9.2	<i>Elenco dos deveres</i>	227
9.3	<i>O abuso do direito</i>	233

9.4	<i>Deveres da Administração-juiz. A imparcialidade do juiz</i>	233
9.5	<i>Impedimentos</i>	239
9.6	<i>Suspeição</i>	240
10.	<i>Competência</i>	242
10.1	<i>Delegação</i>	245
10.2	<i>Avocação</i>	247
11.	<i>Restrições cautelares de direitos</i>	247
12.	<i>Apanhado jurisprudencial</i>	257
12.1	<i>Denúncia anônima</i>	257
12.2	<i>Conciliação: não é obrigatória</i>	257
12.3	<i>Direito de petição: instrumento hábil à instauração</i>	258
12.4	<i>Sindicância</i>	258
12.5	<i>Vista e retirada dos autos por advogado e/ou interessado/ parte</i>	258
12.6	<i>Suspeição/impedimento</i>	259
12.7	<i>Medida preventiva (restrições cautelares)</i>	260

Capítulo IV – INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1.	<i>Considerações iniciais</i>	262
2.	<i>Generalidades sobre a instrução</i>	267
3.	<i>Lugar, forma e tempo dos atos processuais</i>	269
4.	<i>Intimações e comunicações</i>	272
5.	<i>Manifestações da Administração no processo administrativo</i>	274
6.	<i>Defesa do acusado/interessado</i>	276
7.	<i>Provas: ônus e meios, recusa</i>	286
8.	<i>Presunção de legalidade</i>	300
9.	<i>Diligências e laudos periciais</i>	303
10.	<i>Pareceres</i>	305
11.	<i>Publicidade. Consulta pública e audiência pública. Sigilo ou reserva. Direito ao esquecimento</i>	308
12.	<i>Arquivamento do processo</i>	319
13.	<i>Relatório final</i>	320
14.	<i>Apanhado jurisprudencial</i>	321
14.1	<i>Intimação, comunicação</i>	322
14.2	<i>Direito de defesa</i>	322
14.3	<i>Defesa técnica dispensável</i>	322
14.4	<i>Âmbito da defesa</i>	322
14.5	<i>Prova</i>	322
14.6	<i>Intimação</i>	326
14.7	<i>Vista dos autos</i>	326

Capítulo V – DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Introdução	328
2. A operação de decidir: passos iniciais	329
2.1 <i>As bases principiológicas da operação decisória</i>	330
2.2 <i>O processo administrativo tributário: breve incursão</i>	330
3. O dever de decidir	340
3.1 <i>A substância da decisão</i>	345
3.1.1 <i>A interpretação do pedido e o princípio da oficialidade</i>	346
3.1.2 <i>A interpretação do direito em questão</i>	346
3.1.3 <i>O dever de coerência e congruência no decidir</i>	348
3.1.4 <i>A presunção de legalidade dos atos administrativos</i>	350
3.1.5 <i>A modificação das interpretações administrativas</i>	352
3.1.6 <i>Instância penal e instância administrativa</i>	354
3.1.7 <i>Princípios do direito penal e processo administrativo</i>	356
3.1.7.1 <i>Princípios da reserva legal e da tipicidade normativa</i>	356
3.1.7.2 <i>A “reformatio in pejus”</i>	359
3.1.7.3 <i>Incidência da lei posterior mais benéfica</i>	360
3.1.7.4 <i>O princípio da insignificância</i>	360
3.1.7.5 <i>A presunção de inocência; a fumaça do bom direito; a pressão da mídia e do clamor popular</i>	363
3.1.7.6 <i>A tipicidade</i>	365
3.1.7.7 <i>“Non bis in idem”</i>	366
3.1.7.8 <i>A imediatez</i>	367
3.1.7.9 <i>A gradualidade</i>	367
3.1.7.10 <i>Autoincriminação</i>	367
3.1.8 <i>O silêncio da Administração-juiz</i>	367
3.2 <i>A intimação: aprofundando o tema</i>	369
4. A decisão e sua estrutura	371
4.1 <i>O relatório</i>	374
4.2 <i>A motivação</i>	376
4.2.1 <i>Os precedentes administrativos</i>	378
4.2.2 <i>As demandas repetitivas</i>	381
4.2.3 <i>O costume. O incidente de assunção de competência</i>	383
4.2.4 <i>Outros impactos do Código de Processo Civil/2015</i>	384
4.2.4.1 <i>Desconsideração da personalidade</i>	385
4.2.4.2 <i>A cronologia das decisões</i>	391
4.3 <i>A parte dispositiva</i>	392
5. A tipologia da decisão	393

5.1	<i>Desistência e renúncia. Impossibilidade superveniente.</i>	
	<i>Estado de necessidade</i>	394
5.2	<i>Acordos processuais administrativos. Instrumentos consensuais</i>	396
5.3	<i>Arbitragem (considerações adicionais)</i>	403
5.4	<i>Lei 13.665/2018: seus impactos no processo administrativo</i>	404
5.5	<i>Prescrição. Decadência</i>	408
6.	Duplo grau. Aspectos gerais	415
6.1	<i>Duplo grau como princípio constitucional</i>	415
6.2	<i>Consequências</i>	417
7.	Apanhado jurisprudencial	
7.1	<i>Princípio da “non reformatio in pejus”</i>	418
7.2	<i>Princípio da motivação</i>	419
7.3	<i>Princípio do duplo grau</i>	419
7.4	<i>Princípio da não autoincriminação</i>	419
7.5	<i>Princípio da insignificância</i>	419
7.6	<i>Prescrição/decadência</i>	420
7.7	<i>Relações interjurisdicionais</i>	422
7.8	<i>Mudança de interpretação</i>	423

Capítulo VI – **RECURSOS – RECONSIDERAÇÃO – REVISÃO**

1.	Considerações iniciais	424
1.1	<i>O depósito recursal</i>	425
1.2	<i>Influência do Código de Processo Civil/2015</i>	429
1.3	<i>Recurso hierárquico</i>	430
1.4	<i>Recurso administrativo e mandado de segurança</i>	438
1.5	<i>Efeitos da interposição de recurso administrativo</i>	442
1.6	<i>Processamento do recurso</i>	446
1.7	<i>Decisão do recurso administrativo</i>	450
2.	Reconsideração	455
3.	Revisão	456
4.	Embargos de declaração	457
5.	Apanhado jurisprudencial	
5.1	<i>Recurso</i>	458
5.2	<i>Revisão</i>	459

Capítulo VII – **O SISTEMA DE INVALIDADES**

1.	Confinando o tema	460
2.	Validade, invalidade e convalidação: introdução	461
3.	Nulidade e anulabilidade do ato processual	463
3.1	<i>Os diferentes tipos de vícios de legalidade do ato processual e suas consequências</i>	465

3.2	<i>Os atos processuais inexistentes: conceito, configuração, consequências</i>	465
3.3	<i>Forma e processo</i>	468
4.	<i>Ato processual e revogação</i>	470
5.	<i>Modulação temporal da invalidação</i>	470
6.	<i>Convalidação: pressupostos</i>	472
6.1	<i>Conceitos básicos; “convalidação”, “confirmação”, “ratificação”, “saneamento”, “conversão”</i>	472
6.2	<i>Competência</i>	474
6.3	<i>Condições de seu exercício</i>	474
6.4	<i>Atividade vinculada?</i>	474
7.	<i>Atos políticos ou de governo: controle judicial</i>	476
	PARTE B – JURISPRUDÊNCIA	481
	<i>I – Súmulas Vinculantes do STF</i>	481
	<i>II – Súmulas do STF (Não Vinculantes)</i>	483
	<i>III – Súmulas do STJ</i>	485
	<i>IV – Súmulas da AGU</i>	487
	PARTE C – LEGISLAÇÃO	491
	<i>Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999</i>	491
	<i>Decreto “E” n. 3.187, de 23 de setembro de 1969 (Estatuto da Guanabara)</i>	503
	<i>Bibliografia</i>	511
	<i>Índice Remissivo de Matérias</i>	533